

GT59: Patrimônio cultural imaterial para além da institucionalidade: apropriações, ressignificações, usos e efeitos

Lorena Avellar de Muniagurria, Caio Csermak

Reuniremos pesquisas que considerem o patrimônio imaterial (PI) e que permitam refletir sobre apropriações e ressignificações de processos de registro, pesquisa ou salvaguarda por sujeitos e coletivos reconhecidos como detentores. Interessa-nos tratar de sentidos, efeitos e resultados inesperados, secundários ou paradoxais que surgem quando olhamos para além dos limites institucionais mais visíveis das políticas de PI e quando consideramos a popularização dos debates e do vocabulário do "patrimônio". Após 20 anos de uma política federal de PI (Decreto 3.551/2001), contamos com um significativo arcabouço de experiências e análises que permitem avaliar como conceitos, vocabulário e práticas institucionais do PI foram apropriados, disputados e instrumentalizados por atores como grupos de culturas populares e tradicionais, povos indígenas, coletivos artísticos, produtores e agentes de cadeias produtivas da cultura, etc. Convidamos trabalhos sobre bens (potencial ou efetivamente) patrimonializados no Brasil (qualquer das três esferas da federação) ou alhures que contribuam para essa avaliação, tratando de casos como: (re)configurações de grupos e comunidades; espetacularização das culturas populares; desenvolvimento de novos modos de relação entre comunidades e Estado; criação de formas situadas de pensar e operacionalizar o patrimônio; disputas por status e recursos, e pela definição de legitimidades e narrativas; usos do PI em conflitos políticos e territoriais; entre outros.

Políticas culturais e as casas sagradas de Timor-Leste: a construção de um patrimônio

Autoria: Renata N. Silva

Baseado numa pesquisa etnográfica realizada entre setembro de 2016 e novembro de 2017, em diferentes comunidades leste-timorenses, este trabalho busca, de um lado, discutir os dispositivos legais que estão sendo elaborados em Timor-Leste para a identificação e proteção de bens culturais (em especial, aqueles relativos às casas sagradas), e, do outro, compreender os modos pelos quais vem ocorrendo a transposição de elementos do complexo de governança local, chamado de *cerimônia kultura* (Silva, 2014) para contextos de ação do Timor-Leste pós-colonial. Em termos historiográficos, estou entendendo Timor-Leste pós-colonial aqui como coincidindo com o período pós-ocupação indonésia e restauração da independência (pós-1999) - definição importante, dada a complexidade dos encontros e desencontros coloniais. O trabalho se desenvolve a partir de uma antropologia dos processos de apropriação, espetacularização, ampliação/redução da vida social, de elementos dos complexos locais de governança, organizados muitas vezes nas/pelas Casas, analisando ainda as suas implicações na elaboração de políticas de preservação de bens culturais. Tomo por base a análise do campo das políticas culturais leste-timorenses e dois eventos organizados para eficácia de projetos de governo: festival de comemoração do dia da cultura em Maubisse, no ano de 2016, e a celebração do lançamento da pedra fundamental da Biblioteca Nacional, em 2017. Argumento que a patrimonialização é uma construção social e política e, no caso de Timor-Leste, elementos extraídos do complexo local de governança, relacionados à Casa, nomeados *kultura*, vêm sendo apropriados e ressignificados em diferentes contextos e com finalidades variadas. Minha análise (tanto do campo das políticas culturais, quanto dos eventos acionados como exemplos de objetificação da cultura) é pautada em artigos que venho produzindo ao longo de dez anos e na minha tese de doutorado (Silva, 2019). Os processos de seleção e apropriação de elementos dos complexos locais de governança (*kultura*), vêm sendo transpostos dos seus espaços originários de produção para outros contextos, em especial para a cidade de Díli, para atender demandas relacionadas ao desenvolvimento do Estado. Os fenômenos mobilizados neste trabalho

indicam transformações do sentido da vida social das casas sagradas e de outros elementos dos complexos locais de governança, que estão sendo capturados pelo Estado a fim de figurarem como símbolos, representações de uma cultura nacional.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

